

Relatório do Secretário-Geral sobre América Latina e Caribe

Mensagens-chave

9 de julho de 2020

Impacto na região

- A América Latina e o Caribe tornaram-se em o epicentro da pandemia. Vários países da região registram agora entre as maiores taxas de infecção per capita e o maior número absoluto de casos no mundo.
- **Espera-se uma contração de 9,1% no produto interno bruto (PIB), que será o maior em um século.**
- **Os impactos sociais da pandemia serão sentidos de maneira aguda, com fortes aumentos do desemprego, da pobreza, da extrema pobreza e da desigualdade:**
 - a. O desemprego aumentará de 8,1% (2019) para 13,5% (2020). Isso elevará o número de desempregados na região para mais de 44 milhões de pessoas, um aumento de mais de 18 milhões em relação ao registrado em 2019.
 - b. Prevê-se que a taxa de pobreza aumente em sete pontos percentuais em 2020 para 37,2% da população, um aumento no ano de 45 milhões de pessoas (para 230 milhões no total).
 - c. Prevê-se que a pobreza extrema aumente de 4,5% a 15,5% da população, o que representa um aumento no ano de 28 milhões de pessoas (para 96 milhões no total).
 - d. O índice Gini médio regional deverá aumentar 4,7 pontos percentuais em 2020.
- **A pandemia está atingindo uma região que já possui profundas desigualdades,** altos níveis de trabalho informal e serviços de saúde fragmentados. Apenas 34,2% das pessoas no decil de menor renda são cobertas pelo seguro de saúde.
- **A crise afetará mais severamente as mulheres,** pois elas representam mais de 60% da mão-de-obra nos setores de hotelaria e serviços de alimentação na região,

72,8% da força de trabalho de assistência médica e têm maior probabilidade de trabalhar em ocupações informais do que os homens. O confinamento colocou pressões adicionais sobre as mulheres como cuidadoras primárias, enquanto a incidência de feminicídio e outras formas de violência sexual e de gênero aumentou.

- **Os povos indígenas** (60 milhões de pessoas, 10% da população da região) e **os afrodescendentes** (134 milhões de pessoas, 21%) **serão desproporcionalmente mais afetados** porque tendem a viver em piores condições socioeconômicas e têm acesso limitado à proteção social em comparação com restante da população, além de altos níveis de discriminação no mercado de trabalho.

- **A crise exacerbará a vulnerabilidade de migrantes e refugiados.** Quando restrições à liberdade de circulação ou acesso a territórios nacionais são impostas, é importante fazê-lo de uma maneira que respeite as leis internacionais sobre os direitos humanos, o direito humanitário e dos refugiados, particularmente os princípios de não discriminação e não repulsão e as proibições de detenção arbitrária e expulsão coletiva.

Respostas e recomendações no curto prazo

- No curto prazo, **os governos devem considerar mecanismos para fornecer às pessoas que vivem na pobreza rendas básicas de emergência.** Isso poderá incluir a possibilidade de oferecer um auxílio monetário equivalente à linha de pobreza nacional. A linha de pobreza média para a região é de cerca a US \$ 140 por mês. Estima-se que o custo de financiar a renda básica de emergência por seis meses corresponda a 1,9% do PIB regional. Os governos devem considerar estender a cobertura aos trabalhadores informais que atualmente não vivem abaixo da linha da pobreza, mas carecem de proteção social necessária para lidar com os impactos da crise.

- **Para combater a insegurança alimentar e a desnutrição, essas medidas devem ser complementadas, quando necessário, por auxílios emergenciais contra a fome para pessoas que vivem em extrema pobreza.**

- **A resposta multilateral imediata deve ser estendida aos países de renda média.**

Esse grupo, que inclui a maioria dos países da América Latina e do Caribe, enfrenta restrições estruturais, mas foi amplamente excluído da cooperação internacional na forma de assistência emergencial à liquidez, financiamento concessional, isenções comerciais, adiamento do pagamento do serviço da dívida e assistência humanitária. Esses instrumentos são cruciais para combater a crescente dívida pública externa dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento do Caribe (PEID).

- **Devem ser apoiadas iniciativas para o alívio da dívida ou a suspensão temporária dos pagamentos da dívida e para mecanismos inovadores de financiamento, como a troca de dívida por investimentos em adaptação climática para os PEID do Caribe.** Estas iniciativas devem ser acompanhadas por um sistema tributário fortalecido e progressivo para garantir que o esforço fiscal decorra em grande parte de impostos redistributivos e ações para reduzir a evasão e a elisão fiscais.

Reconstruindo melhor e com igualdade

- **Na América Latina e no Caribe, reconstruir melhor significa reconstruir com igualdade.** A igualdade ajuda a sustentar a renda e a demanda agregada. O foco na inclusão social neutraliza o aumento da xenofobia e a estigmatização de grupos marginalizados. A igualdade impede que o poder econômico concentrado capture e distorça políticas públicas. Deve-se complementar com os esforços para combater a corrupção e o crime organizado e a presença efetiva, responsável e receptiva do Estado.

- **Os planos de recuperação da pandemia devem procurar transformar o modelo de desenvolvimento da região, fortalecendo a democracia, salvaguardando os direitos humanos e preservando a paz, de acordo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.**

- **Os planos também devem fortalecer a governança democrática, o estado de direito, a responsabilidade e a transparência** em uma democracia sustentada por um pacto social para garantir legitimidade, inclusão e eficácia das políticas públicas,

bem como o envolvimento das comunidades locais e da sociedade civil, incluindo organizações de mulheres e jovens.

- **A sustentabilidade ambiental, amparada pela Agenda 2030, deve ser a base para o relançamento da cooperação multilateral, particularmente nos países em desenvolvimento.** Desafios globais cruciais - como mudanças climáticas, mobilidade humana, pandemias ou luta contra fluxos ilícitos de capital - exigem novas formas de governança. A austeridade deve ser evitada, pois dificulta o investimento e o progresso tecnológico.
- **Políticas industriais e tecnológicas, na forma de um grande impulso para a sustentabilidade, devem ajudar a definir os países no caminho de crescimento com baixo carbono;** promover empregos decentes e fazer a transição para energias renováveis; desenvolver recursos em saúde, tecnologias digitais e verdes; e reduzir a vulnerabilidade a novos choques. Também deve-se ajudar a preservar a rica biodiversidade da região e apoiar a transição para sistemas agrícolas e florestais que sejam mais inclusivos e respeitem o direito das comunidades locais e dos povos indígenas às terras tradicionais.
- **A integração econômica regional é uma ferramenta importante para apoiar a diversificação produtiva, a resiliência econômica e a cooperação regional no financiamento de pesquisa, ciência e tecnologia.**